

## **“VIOLÊNCIA INVISÍVEL”\*: AS VÁRIAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA\***

### **INVISIBLE VIOLENCE: THE SEVERAL OF CHILDREN AND TEENAGERS SEXUAL EXPLOITATION IN THE TOWN OF VITÓRIA DA CONQUISTA**

**João Diogenes Ferreira dos Santos<sup>1</sup>**

*Recebido para publicação em 23/11/2007*

*Aceito para publicação em 31/03/2008*

#### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de pesquisa sobre o universo da exploração sexual infanto-juvenil no município de Vitória da Conquista - BA. São crianças e adolescentes, oriundos das classes dominadas, que experimentam em seus cotidianos as diversas formas de violência, que vão desde o não-acesso às condições elementares de sobrevivência ao cerceamento da “condição humana”. Essa realidade de exploração e violência é entendida por meio das reflexões de Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Francisco de Oliveira, entre outros. Para entender tal universo, examinamos o livro de ocorrência do Programa Sentinela do citado município e entrevistamos os conselheiros tutelares, os coordenadores de ONGs e as vítimas desta trágica realidade.

Palavra-chave: Criança e Adolescente, Violência, Vitória da Conquista.

#### **ABSTRACT**

This article aims to present research results about the world of children and teenagers exploitation in the town of Vitória da Conquista, state of Bahia. These are children and teenagers, from lower classes, that experiment in their daily lives several ways of violence, including impossibility of access to basic surviving conditions and denial of the “human condition”. This reality of exploitation and violence is understood by means of reflections of Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Francisco de Oliveira, among others. In order to understand such a world, we have examined the log book of the Sentinel Program of the town and interviewed the childhood councilors, NGOs’ coordinators e the victims of this tragic reality.

Key words: Child an Teenager. Violence. Vitória da Conquista.

---

\* Comunicação apresentada no VII Colóquio do Museu Pedagógico, na linha de pesquisa as Múltiplas Faces de Estudos sobre Gênero, Infância e Juventude, que ocorreu na cidade Vitória da Conquista - BA, entre os dias 14 a 16 de novembro de 2007.

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutor em Ciências Sociais e Pesquisador do Museu Pedagógico. [diocv@uol.com.br](mailto:diocv@uol.com.br)

A conjugação da desigualdade econômica, acenada nos últimos anos pelo neoliberalismo, com uma cultura política, erigida ao longo da formação histórica do país, que persiste em projetar seus traços no presente, delineia um processo de negação quase permanente dos direitos, ensejando, assim, um grupo social de “vulneráveis”, ou “descartáveis” que, segundo as análises de Loic Wacquant (2001), estão condenados a uma “vida de riscos”. Nesse contexto, o agravamento da violência contra a população infanto-juvenil é uma das conseqüências do ajuste econômico ocorrido no país. Essas crianças e esses adolescentes experimentam em seu cotidiano várias formas e manifestações de violência, que vão desde a violência no âmbito doméstico à violência estrutural, sem acesso às condições elementares de sobrevivência (alimentação, saúde, moradia, educação, transporte, lazer, entre outras).

Segundo o Unicef, com base no Censo 2000 do IBGE, crianças e adolescentes representam 61 milhões de habitantes, o que significa 35,9% da população brasileira. Deste universo, a maioria possui uma vivência marcada pela desigualdade social e econômica, cuja falta de políticas públicas, por parte do Estado, agrava ainda mais as diversas situações de violência (SILVA e SILVA, 2005).

O exemplo dessa realidade trágica, após 16 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, reside em que o Estado, nas suas três esferas (federal, estadual e municipal), não implantou, ou o fez de forma restrita, políticas de atenção integral às crianças e aos adolescentes. Em vez disso, oferece a esse contingente populacional o descaso, a negligência, o espancamento, a tortura, as agressões físicas e até a

morte.<sup>2</sup> Desta forma, uma grande parcela da população infanto-juvenil, oriunda das classes subalternas, convive em uma realidade insustentável para sua própria condição humana. Tal realidade é tecida no local, o município. É nele que crianças e adolescentes em situação de risco encaram cotidianamente as agressões físicas e psicológicas, o abuso e a exploração sexual, a violência do aparato policial, os homicídios, as chacinas, dentre outros abusos.

Neste contexto, o município de Vitória da Conquista - BA, cidade localizada na região Sudoeste da Bahia, apresenta inúmeras formas de violência contra as crianças e os adolescentes, destacando-se a prostituição infanto-juvenil. Nos últimos anos (2001 a 2004), segundo o Conselho Tutelar do município, houve um aumento no número de casos de crianças e adolescentes<sup>3</sup> envolvidos nesta atividade ilícita. Em 2004, ocorreram 274 casos de prostituição infanto-juvenis identificados e atendidos pelo referido Conselho.

Vitória da Conquista está localizada na microrregião do Planalto de Conquista, no sudoeste da Bahia, com uma área de 3.743 km<sup>2</sup>, 12 distritos e 284 povoados. Devido ao seu processo histórico de formação e à sua localização geográfica, várias rodovias passam pela cidade, em diferentes sentidos: Norte-Sul do país (BR 116, denominada de Rio-Bahia), Leste-Oeste do Estado da Bahia (BA 415, conhecida como Ilhéus-Lapa) e as estradas que ligam aos municípios vizinhos: de Brumado (BA 262) e Barra do Choça (BA 265). Dessa forma, o município é um dos importantes entroncamentos rodoviários da Bahia, proporcionando interação com diversas cidades do Estado e do norte de Minas.

<sup>2</sup> Um exemplo típico da violência perpetrada pelo Estado contra essa população é o grande número de casos de denúncias de tortura em unidades da instituição socioeducativa para adolescentes, como a Febem de São Paulo. No Estado de São Paulo, a Promotoria de Justiça da Vara da Infância e Juventude da cidade de São Paulo organizou, nos últimos anos (1999-2004), um vasto material que apresenta indícios da prática de tortura, maus tratos e abuso sexual nas unidades da Febem. Entre o material coletado, existem vídeos que registram imagens de jovens que tiveram seus braços, pernas, cabeças e dentes quebrados por pauladas, barra de ferro, correntes, socos, etc.; as nádegas queimadas por cigarro ou rojões, entre outras mazelas. As cenas dos vídeos expressam a brutalidade e a crueldade sofridas pelos adolescentes que estão sob a custódia do Estado. Segundo o *Dossiê Febem*, elaborado pela Agência *Carta Maior*, os trinta anos de existência da Febem em São Paulo são marcados por maus tratos, abuso de poder, estupro, agressões físicas e torturas a que foram submetidos os jovens internos. As primeiras denúncias dessa situação ocorreram em 1977 e, desde então, inúmeros relatórios, dossiês, documentários, matérias jornalísticas, livros, debates sobre o tema foram produzidos pela mídia, organizações ligadas aos direitos humanos, Promotoria, universidades, a Anistia Internacional, Unicef, ONU, UNESCO, entre outros. Poucas mudanças ocorreram na estrutura da instituição, tornando-se um círculo vicioso de violência. A referida instituição foi fundada em 12/12/1973. Conforme: o Dossiê FEBEM, disponível no site: [http://agenciacartamaior.uol.com.br/esp\\_febem.asp](http://agenciacartamaior.uol.com.br/esp_febem.asp). Acesso em 18 de novembro de 2004. Essa violência de que os internos da Febem foram vítimas, gerou alguns trabalhos acadêmicos. Conferir Violante (1989), Edmundo (1987), Adorno (1993), Kosminsky (1993), entre outros. O próprio pesquisador assistiu aos vídeos citados, por ocasião do *Seminário Interdisciplinar Violência, Cultura e Metodologias de Intervenção: a experiência cubana na área da criança e adolescente*, realizado pela PUC-SP, nos dias 3 e 4 de novembro de 2004.

<sup>3</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa de zero a doze anos incompletos, e adolescente aquele de doze a dezoito anos incompletos. Quanto aos jovens são as pessoas que se encontram na faixa de dezoito anos completos até 24 anos.

Em razão de o município ser um importante entroncamento rodoviário, torna-se um espaço propício para realização da prostituição infanto-juvenil. Por isto, tomar Vitória da Conquista como espaço de investigação sobre o abuso e a exploração sexual poderá desvendar uma das facetas da violência contra a população infanto-juvenil.

Com propósito de formular uma reflexão sobre esta questão, recorre-se ao estudo realizado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – Cecria<sup>4</sup>. As pesquisadoras Eva Faleiros e Josete Campos (1999:11-17) dividem a violência sexual contra a infância e a adolescência em dois grupos distintos “abuso sexual e exploração sexual” que se relacionam.<sup>5</sup> Quanto ao abuso sexual, trata-se de uma violência no interior dos relacionamentos intrafamiliares e extrafamiliares e pode ser incestuoso, quando o violentador é integrante da família (pai, mãe, avós, tios, irmãos, padrasto, madrasta, cunhados),<sup>6</sup> e não-incestuoso, quando pessoas conhecidas das crianças e dos adolescentes cometem a violação sexual.

Nesta relação, há distintos graus de intimidade, podendo ocorrer com amigos, vizinhos, religiosos, comerciantes do bairro, profissionais, professores, etc. Também pessoas pedófilas podem provocar esse tipo de violência, sozinhas, em dupla ou em redes (como a Internet), utilizando a sedução, o convencimento e se apresentando como “amigos” das vítimas (Faleiros e Campos, 1999).

As referidas autoras destacam as seguintes características do abuso sexual:

- a expressão de fantasias, desejos e pulsões incontroláveis e compulsivas do violentador, que impõe seus desejos à vítima;
- a atuação de impulso sexual, envolvendo crianças e adolescentes;
- exigem a participação de pessoas, em desenvolvimento [crianças e adolescentes], sem [ou com] seu consentimento;
- provocam danos físicos, psicológicos e sociais às vítimas, com graves seqüelas por toda a vida;

- ocorrem num contexto de dominação, no qual o violentado encontra-se subjugado ao violentador, sem condições de opor-se;

- acarretam complicações legais (Faleiros e Campos, 1999:12).

Nessa linha, a Coordenadora do *Programa Sentinela*, do município de Vitória da Conquista, apresenta a visão conceitual sobre abuso sexual que os técnicos do Programa adotam no seu trabalho:

No abuso sexual pode acontecer a relação sexual, a conjunção carnal, mas também pode ser um toque, uma manipulação do órgão sexual, beijos na boca, um sentar no colo, etc. É claro que não quero afirmar que nenhum homem não possa colocar uma criança ou um adolescente no colo, não é isso. Mas o que é avaliado é a intenção dele ao colocar essa criança ou esse adolescente no colo [...]. O abuso é qualquer toque que estimule a libido. Quando há a relação sexual, a conjunção carnal configura-se como estupro. Portanto, o estupro, a relação sexual concretizada, e a não existência da conjunção carnal estão inseridos na categoria abuso sexual. Dessa maneira, o Programa Sentinela caracteriza os dois como abuso sexual.<sup>7</sup>

Já a exploração sexual refere-se às relações de caráter comercial, em que “crianças e adolescentes são utilizados como mão-de-obra nas diversas atividades sexuais (prostituição em bordéis, turismo sexual, shows eróticos, *call girls*, participação em fotos, vídeos, filmes pornográficos, produção e comércio de objetos sexuais, entre outros)”. Nesse trabalho, “as vítimas são exploradas, pois produzem lucro para os aliciadores, proprietários dos estabelecimentos ou da indústria sexual, etc” (Faleiros e Campos, 1999:12).

Muitas vezes, a exploração sexual comercial está vinculada ao cárcere privado, em que crianças e adolescentes são “escravos de dívidas”. As dívidas são contraídas no dia-a-dia e os proprietários cobram preços exorbitantes de tudo que as adolescentes consomem: moradia, alimentação, transporte, vestuário, produtos de limpeza, quartos utilizados para as práticas sexuais e preservativos.

<sup>4</sup> O Cecria é uma organização não-governamental que elabora e coordena projetos de pesquisa regionais e nacionais, sediada em Brasília.

<sup>5</sup> Pesquisa disponível no site: <http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2004.

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que a família não é apenas a consanguínea, mas existem famílias adotivas e substitutas.

<sup>7</sup> Entrevista cedida em 10 de janeiro de 2005, na Sede do Programa Sentinela, do Município de Vitória da Conquista.

Faleiros e Campos (1999: 21-23) apontam três formas de trabalho presentes no mercado sexual infanto-juvenil: o formal, o informal e o escravo, que não são excludentes entre si, mas têm características distintas, conforme podemos observar no trecho:

- trata-se, em todas as situações analisadas de um *comércio*, porém: formal no mercado do sexo, e informal nos contratos sexuais autônomos;
- trata-se de um *trabalho*: no mercado do sexo (indústria e comércio sexual) encontra-se o trabalho formal, que gera lucro e que se caracteriza como *exploração*. Em situações de extrema exploração, como na prostituição em bordéis principalmente no Norte do país, no tráfico e em certa produção pornográfica cruel e mesmo necrófila, há trabalho escravo. - em atividades no mercado informal do sexo, sem vínculo empregatício, principalmente a de prostituição, trata-se de trabalho autônomo [...] (grifo das autoras).

As autoras complementam o seu raciocínio, quando sintetizam os aspectos gerais da violência sexual (abuso e exploração):

- o envolvimento de criança ou adolescente em atividades de caráter sexual, por parte de pessoa dotada de autoridade e poder;
- uma relação de poder entre desiguais: o violentador, além de ter mais idade, é maior e mais forte (em tamanho e força) do que o violentado; é dotado de ascendência e/ou autoridade reconhecidas; possui treino no exercício do poder e acesso aos recursos sociais e econômicos que o habilitam para tal exercício;
- uma relação de poder, na qual a pessoa com mais poder (o violentador) aproveita-se do violentado e tira vantagens da relação de violência, ou seja, prazer sexual, dominação do outro, sadismo e lucro;

- uma relação de dominação, ou seja, de poder do dominador de realizar seus interesses e objetivos e de grande dificuldade do dominado de reagir;
- uma relação assimétrica de gênero e de idade, envolvendo, na grande maioria dos casos, homens adultos e crianças e adolescentes do sexo feminino;<sup>8</sup>
- uma violação dos direitos da pessoa humana e da pessoa em processo de desenvolvimento; direitos à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. A violência sexual na família é uma violação ao direito à convivência familiar protetora. Nos casos de comércio sexual é violado o direito de não ser explorado e o de trabalhar em condições dignas, sem perigo e não estigmatizante (Faleiros e Campos, 1999: 28-29).

Diante disto, cabe situar aqui alguns aspectos do universo da prostituição infanto-juvenil em Vitória da Conquista, através dos relatos das vítimas e das entrevistas com os conselheiros tutelares, com os integrantes da coordenação do Programa Sentinela e dirigentes das ONGs, extraídos da pesquisa empírica, que serão interpretados, à luz do arcabouço teórico desenvolvido neste artigo.

Nessa direção, o Conselho Tutelar do município de Vitória da Conquista, em 2002, identificou situações de exploração sexual infanto-juvenil, em certa medida, similares a alguns dados constatados pela PESTRAF<sup>9</sup>. Os conselheiros tutelares notificaram 160 casos de adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 16 anos, exploradas sexualmente por aliciadores, motoristas de ônibus e caminhão, taxistas, garçons, alguns integrantes das classes média e alta. Entre os casos de prostituição na cidade, mencionaram a “venda” de ado-

<sup>8</sup> Apesar dos casos registrados serem menores em relação às adolescentes, os adolescentes também são vítimas da violência sexual. Acredita-se que o preconceito com relação à homossexualidade seja um obstáculo para a denúncia e identificação dos casos. Nos dados do Livro de Ocorrências do Programa Sentinela, da cidade de Vitória da Conquista, contou-se que 34 adolescentes foram vítimas desse tipo de aviltamento.

<sup>9</sup> Em 2002, a PESTRAF - Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil, realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, constatou 241 rotas de tráfico de pessoas para a exploração sexual e comercial, em 20 estados do país. Também a referida pesquisa identificou as seguintes formas de exploração sexual contra crianças e adolescentes, divididas por região:

- na Região Nordeste foi identificado: turismo sexual, exploração sexual comercial em prostíbulos; prostituição de crianças e adolescentes (tanto do sexo masculino como do feminino) nas ruas das cidades e nas rodovias estaduais e federais;
- na Região Norte: exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes em diversas áreas (garimpos, prostíbulos, áreas portuárias e fazendas); exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias estaduais e federais e nas ruas das cidades;
- na Região Centro-Oeste: exploração sexual comercial em prostíbulos; exploração sexual comercial nas fronteiras, com envolvimento com a rede de narcotráfico; prostituição de crianças e adolescentes nas ruas das cidades, e através de anúncios de jornais; turismo sexual; exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias;
- na Região Sudeste: turismo sexual; exploração sexual e comercial em prostíbulos, com cárcere privado; exploração sexual de crianças e adolescentes (tanto do sexo masculino como feminino) nas ruas e nas rodovias;
- na Região Sul: exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes (tanto do sexo masculino como do feminino), relacionada ao tráfico de drogas; prostituição de crianças e adolescentes nas ruas e nas rodovias (Relatório Nacional da PESTRAF, 2002: 70-85).

lescentes para os prostíbulo locais e dos municípios circunvizinhos, principalmente, os do Estado de Minas Gerais. As adolescentes (12 a 14 anos) são “vendidas”, em média, por R\$ 100,00. Segundo os agentes do Conselho Tutelar, na maioria dos casos, são os próprios pais que realizam a “venda”.<sup>10</sup>

Já em 2003, o número de casos atendidos aumentou assustadoramente, conforme o depoimento da presidente do Conselho Tutelar do Município de Vitória da Conquista:

No ano de 2003, o Conselho realizou parceria com o Judiciário e o *Programa Sentinela* com intuito de contar as crianças e os adolescentes prostituídos e localizar os prostíbulos na cidade. Nós conseguimos identificar e atender cerca de 274 casos de meninas e meninos envolvidos na prostituição. No entanto, infelizmente, sabemos que o número de casos de exploração sexual infanto-juvenil deve ser superior ao constatado.<sup>11</sup>

Como se observa, o número de casos notificados pelo Conselho Tutelar em 2003 teve um aumento de 114 ocorrências em relação a 2002. Os conselheiros, a equipe técnica do Programa Sentinela e o judiciário constataram também a diminuição da idade das crianças e dos adolescentes para uso da prostituição. Na mesma entrevista, a presidente assinala que: “aumentou o caso de crianças e adolescentes entre 9 e 15 anos na prática da prostituição, verificando-se uma incidência maior de adolescentes entre 12 e 13 anos.”

Continuando o seu relato, a Conselheira destaca os pontos de prostituição, com seus respectivos clientes:

As adolescentes são prostituídas nos prostíbulos e na Rio-Bahia. São adolescentes da periferia que se prostituem por comida, roupa, qualquer dinheiro, drogas, etc. Geralmente, elas se envolvem com as pessoas (taxistas, caminhoneiros, garçons, motorista e cobrador de ônibus, etc.), os que podem oferecer algum dinheiro ou algo, em troca da relação sexual. Já os prostíbulos são diferentes, eles são locais específicos para os homens, ditos de “bem” e de “boa família.”

As adolescentes que convivem cotidianamente com a exploração sexual narram a crueza da realidade em que vivem:

Comecei a ir ao Posto Canaã com 11 anos [...] Saía com os caminhoneiros, os que iam ao posto. [...] Ia todos os dias ao posto, chegava às seis horas [às 18 horas] e só saía de lá de madrugada. No dia bom, quando ficava com uns oito clientes, recebia uns R\$ 50,00. [...] Ah, eu dava [dinheiro] para Jeane, uma menina, [...] que tem 19 ou 20 anos. Jeane [silêncio] me ameaçava, aí tinha que dar dinheiro para ela. Todo mundo tinha que dar, [...] as outras meninas.<sup>11</sup> Nós éramos ligadas a ela, que era a dona do pedaço. [...] Também andava na Rio-Bahia, era só a gente andar na Rio-Bahia de noite, os carros buzinavam, chamando, aí a gente entrava (Adolescente, 14 anos).<sup>13</sup>

[...] cheguei aqui em Conquista para trabalhar na casa de família com seis anos, aí não deu certo, saí da casa. Comecei com 10 anos uma viagem errada [a prostituição] e até hoje estou nela. Tenho 17 anos, sou de Jequié<sup>14</sup> e continuo na pista, faço com os caminhoneiros lá no Posto Canaã. [...] Não deixo mais os caminhoneiros me usarem e nem me baterem, por isso, tento roubar eles, mas, às vezes, não dá certo, aí caio<sup>15</sup> aqui na delegacia [...]. Juntando essa, já caí trinta vezes. [...] Essa vida é difícil e triste. Não é fácil viver assim, não sou bicho para ser tratada dessa forma. Quando os

<sup>10</sup> As informações aqui apresentadas são oriundas do Relatório de 2002 do Conselho Tutelar do Município de Vitória da Conquista - BA e das conversas realizadas com os conselheiros tutelares, em março de 2002, quando o Conselho Tutelar resgatou uma adolescente de um prostíbulo do norte do Estado de Minas Gerais. Essa adolescente foi “vendida” ao aliciador por R\$ 100, 00, pela própria mãe.

<sup>11</sup> Entrevista realizada em fevereiro de 2004.

<sup>12</sup> De acordo com o relato da adolescente e a confirmação do Conselho Tutelar, a aliciadora possuía, à época, o controle sobre a entrevistada e mais três adolescentes, ou seja, ela era “dona” de quatro adolescentes e as mesmas deveriam trabalhar na prostituição para lhe entregar o que conseguiam na noite.

<sup>13</sup> A entrevista foi concedida em 7 de janeiro de 2005, na residência da entrevistada, com a presença da presidente do Conselho Tutelar. A referida adolescente, apesar da sua pouca idade, já passou por várias experiências no mundo da exploração sexual. Começou a frequentar o Posto Canaã com 11 anos de idade, depois passou a viver numa casa de prostituição e, quando foi resgatada pelo Conselho Tutelar de Vitória da Conquista, estava viajando de cidade em cidade pelos Estados nordestinos. No momento da entrevista, a adolescente havia sido afastada da prostituição pelo Conselho Tutelar. No entanto, segundo informações de uma conselheira tutelar, em 2006, ou seja, após um ano da entrevista, a referida adolescente havia retornado para a prostituição, passando a morar em um dos prostíbulos controlados pelo narcotráfico.

<sup>14</sup> Jequié é um município do Estado da Bahia e está localizado na região sudoeste, fica a 150 km de Vitória da Conquista.

<sup>15</sup> Os jovens que estão em privação de liberdade utilizam o verbo *cair* para indicar que foram presos pelos policiais cometendo ou sendo suspeitos de terem cometido alguma infração. Essas prisões geralmente são acompanhadas de espancamentos, maus-tratos, abuso de poder, entre outras formas de violência.

policiais me prenderam, caí do caminhão, perdi o meu filho<sup>16</sup> e fiz uma ferida na perna... Sabe, moço, o que os policiais fizeram? Um policial colocou solvente na ferida [um longo silêncio e a entrevistada começa a chorar]; aí a ferida piorou, até bicho deu, mas agora está melhorando (Adolescente de 17 anos, que, no momento da entrevista, estava em privação de liberdade na Delegacia de Vitória da Conquista).<sup>17</sup>

Exploradas sexualmente na BR 116, conhecida como Rio-Bahia, e num posto de combustível que a margeia, chamado Posto Canaã, é nesses espaços de prostituição que as vítimas tentam sobreviver, vendendo ou trocando os serviços sexuais por dinheiro. As adolescentes são aliciadas pelos “donos do pedaço” que, na maioria dos casos registrados, são mulheres adultas. Cada “dona” chefia um grupo de crianças e adolescentes que trabalham e que devem lhe entregar uma parte do que conseguem nas atividades sexuais.

As relações violentas entre as adolescentes e “as donas do pedaço” revelam-se pelas ameaças, espancamentos e a entrega do dinheiro às “suas donas”. Já os clientes desse ponto de prostituição são caminhoneiros, motoristas de carro de passeio, taxistas, etc. Neste cotidiano de trabalho, as adolescentes sofrem agressões físicas, são estupradas, contraem e transmitem DST/Aids,<sup>18</sup> e, às vezes, não recebem nada em troca pelos seus serviços, porque, ou os clientes não pagam, ou “suas donas” tomam todo o dinheiro recebido.

Diante desta questão, retoma-se a análise das características dos diferentes de tipos de prostituição infanto-juvenil encontrados em Vitória da Conquista, isto é, a exploração sexual que acontece na Rio-Bahia ou no Posto Canaã, aparentemente, se apresenta como um trabalho autônomo. No entanto, como se observou nos relatos, nestes dois locais, as adolescentes não são autônomas, pois pertencem a uma “dona”. Ou seja, as adolescentes que aparentemente trabalham como

autônomas são aliciadas por uma pessoa adulta. Esta situação foi confirmada pela coordenação do *Programa Sentinela*, conforme aponta o trecho do seu depoimento:

O que se percebeu por meio do nosso atendimento é que as adolescentes que ficavam ali pelo Canaã (...) não são autônomas (...), existe sempre um aliciador. Mesmo que elas não façam parte de nenhuma casa de prostituição, na BR tem sempre um aliciador ou aliciadora. E elas têm que repassar uma parte do dinheiro para essas pessoas. Também a gente percebeu que a maioria delas é viciada em drogas [...]. Já se atendeu aqui adolescentes de doze anos. Nessa faixa de doze a quinze anos fazem programas por valores ínfimos. Às vezes, são dez reais e tem que dar cinco reais ao aliciador. Na maioria das vezes tem que pagar a droga também. Existe a problemática das drogas, que estão infiltradas nesse mundo da exploração sexual.

O relato da coordenadora indica uma outra situação: o vínculo e a relação estreita entre a prostituição e o tráfico de drogas. Boa parte das adolescentes que frequenta o Posto Canaã e a Rio-Bahia é usuária de substância química. Segundo o Conselho Tutelar, a droga comum entre as jovens que frequentam estes locais é o *crack*. Além disso, alguns aliciadores têm envolvimento com o narcotráfico. Esta afirmação se baseia nos relatos de três adolescentes:

[...] Se não fizesse o que ela [aliciadora Jeane] mandava, os caras matavam a gente, ou então batiam muito na gente. [...] São uns caras que ela anda. Não conheço. Uns caras misteriosos e barra pesada. Não conheço eles. Só ouvia as ordens, não falava... [silêncio]. Nunca vi, até hoje (Adolescente, 14 anos, que, no momento da entrevista, tinha saído do mundo da prostituição infanto-juvenil).

[...] no Posto Canaã, consigo pouco dinheiro e, ainda, tenho que dar para um pessoal estranho [um longo silêncio]. Não quero falar sobre esse povo.<sup>19</sup> (Adolescente de 17 anos, que, no momento da entrevista, esta-

<sup>16</sup> Segundo a ocorrência do Conselho Tutelar, a adolescente estava grávida e, com a queda do caminhão, a gestação foi interrompida, pois ela bateu com abdome no chão.

<sup>17</sup> As entrevistas com as jovens em situação de privação de liberdade foram concedidas no dia 11 de janeiro de 2005 e aconteceram na Delegacia em Vitória da Conquista, mais precisamente nas celas onde estavam presas, com o acompanhamento de duas conselheiras tutelares.

<sup>18</sup> Segundo o Centro de Referência DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, são significativos os números de profissionais do sexo no município que não utilizam preservativo, principalmente as que estão na Rio-Bahia. Tal informação foi apresentada na palestra de uma técnica do referido Centro, em dezembro de 2002.

<sup>19</sup> Neste trecho, a adolescente interrompeu momentaneamente a entrevista. Notou-se que esse tema incomodou a entrevistada, portando, optou-se por mudar de assunto.

va em privação de liberdade na Delegacia de Vitória da Conquista).

[...] ganho uns 70 reais na noite boa e gasto com bebidas, *crack* e com as minhas coisas. É, uso *crack*, é um vício caro, mas o que vou fazer? Às vezes, dou tudo para os caras [um longo silêncio] (Jovem com 18 anos, no momento da entrevista, em privação de liberdade na Delegacia de Vitória da Conquista).

Ao mencionar o envolvimento com o narcotráfico, instaura-se o silêncio entre as jovens. Tal atitude conota uma estratégia de proteção, uma forma de não se comprometer e nem delatar o esquema. Não falar dos “caras misteriosos” ou do “pessoal estranho” é a possibilidade de não serem agredidas ou de continuarem vivas. Notou-se a expressão de medo em todas as entrevistadas quando foram indagadas sobre as determinadas pessoas. Portanto, a convergência entre falas e silêncio das adolescentes, somada à afirmação da coordenação do *Programa Sentinela*, permite supor que a exploração sexual infanto-juvenil no município de Vitória da Conquista está significativamente atrelada ao narcotráfico. As duas atividades ilícitas relacionam-se no intuito de explorar as crianças e os adolescentes. Nesta direção, pode-se afirmar que a prostituição infanto-juvenil é um braço econômico dos narcotraficantes, questão que retomaremos adiante.

Ainda nesta linha, foi possível perceber na pesquisa outra forma de prostituição encontrada em Vitória da Conquista, a exploração realizada nos estabelecimentos, ou seja, nas casas de prostituição, locais que se configuram como um comércio sexual, pois, nesses prostíbulos, fazem-se as transações e as adolescentes são utilizadas sexualmente mediante o pagamento do ingresso.

As adolescentes são aliciadas pelos proprietários desses estabelecimentos e vivem, muitas vezes, em cárcere privado, como se fossem “escravas de dívida”. “Nós sabemos de caso de meninas que pagam as dívidas aos aliciadores com o corpo.”<sup>20</sup> As dívidas são contraídas no dia-a-dia, e os proprietários cobram preços exorbitantes para fornecer às adolescentes mora-

dia, alimentação, quartos, utilizados para as práticas sexuais e preservativos. Com isso, a dívida cresce exponencialmente e elas passam a depender dos proprietários dos estabelecimentos para sobreviver.<sup>21</sup>

Geralmente, os prostíbulos são freqüentados pelas pessoas pertencentes às classes média e alta que se destacam socialmente e têm *status*. Os homens que vão a estes locais escolhem as adolescentes e pagam pelos serviços sexuais. Uma das adolescentes entrevistada narra o cotidiano de trabalho de uma das casas:

A casa do *Hollywood*,<sup>22</sup> nesse tempo, encheu de muitas meninas. Tinham umas novas na área. Ele botou todas para dentro de casa. A gente trabalhava na casa [...]. Os carros iam lá na porta, os homens desciam e escolhiam a menina que queriam. Aí, tinha que ir. Fazia assim, todo mundo ficava na sala, aí, os homens escolhiam. Eles diziam: quero aquela loirinha, ou aquela morena, ou aquela outra. Aí, a menina tinha que ir, sem reclamar [...] podia ser quem fosse, tinha que ir e fazer tudo que ele mandasse. [...] Ia muito carro lá. A casa ficava vinte quatro horas aberta, ia um bocado de carro. Acabava com um homem, você tinha que sair logo com outro. Era muito carro que aparecia lá. [...] Os homens que iam na casa eram ricos. Donos de comércio [...], outros trabalham no banco, acho que era dono de banco. Também aparecia empresário. Era um bocado de gente que tem dinheiro. Homens casados. Todos têm carrão e paravam lá para buscar a gente. [...] fiquei na casa uns cinco meses, depois saí e fui para a estrada (Adolescente, 14 anos).

A adolescente tece imagens de um viver trágico, em que meninas são submetidas a uma exaustiva carga horária e um intenso ritmo de trabalho, bem como forçadas a cumprir as regras estabelecidas pelo aliciador e atender às diversas solicitações dos “clientes” no campo da atividade sexual. Também, no depoimento, encontram-se pistas para se identificar o perfil dos freqüentadores do estabelecimento, na maioria, oriundos das classes média e alta, porquanto a jovem se refere aos carros e menciona algumas atividades profissionais dos freqüentadores.

<sup>20</sup> A citação é um trecho da entrevista da presidente do Conselho Tutelar, concedida em fevereiro de 2004.

<sup>21</sup> Gilberto Dimenstein (1992), no livro *Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*, apresenta, de forma jornalística, a situação da exploração sexual das meninas. O livro denuncia a escravidão e a violência, através dos relatos das histórias de vida das meninas de dez cidades da Região Norte do país. O trabalho do jornalista tornou-se pioneiro nessa área.

<sup>22</sup> De acordo com o Conselho Tutelar, *Hollywood* é um aliciador que atua na cidade. Ele possui alguns estabelecimentos de prostituição, espalhados por vários bairros.

Um outro aspecto que chama a atenção é a denominação do estabelecimento: “casa do *Hollywood*”. O nome alude ao mundo cinematográfico norte-americano, uma rentável indústria de entretenimento que está associada à riqueza e ao sucesso, representando o ápice da produção midiática e o próprio consumo. Esse universo tornou-se parâmetro de felicidade e, até mesmo, modelo de vida, considerado como um dos símbolos do capitalismo para alguns segmentos das classes média e alta.

Já o “mundo *hollywoodiano*” de Vitória da Conquista, demarcado pela crueza da exploração sexual, mostra a face contrária ao mundo de riquezas e sucesso, conotado pelo nome *Hollywood*. A existência do estabelecimento está relacionada à desigualdade social, cuja formação se dá na própria lógica do capitalismo. Em outras palavras, tanto o mundo *hollywoodiano* do entretenimento quanto a “casa do *Hollywood*” são engendrados no mesmo processo da reprodução do capital, são faces contrárias da mesma realidade.

Deste modo, a partir das informações do Conselho Tutelar e do *Projeto Sentinela*, pode-se inferir que na maioria dos estabelecimentos existe o “leilão” de virgindade. Os clientes participam da compra da virgindade das meninas e as vendas são realizadas no interior das casas: quem der o maior lance poderá ter a primeira relação com a vítima.

[...] os frequentadores dos prostíbulos compram a virgindade das adolescentes nos leilões realizados no interior das casas. A virgindade pode custar de R\$ 100,00 a R\$ 500,00” (Presidente do Conselho Tutelar do Município de Vitória da Conquista).

[...] os aliciadores vendem a virgindade das meninas. As virgens têm um preço elevado. Eles fazem leilão nas casas de prostituição. A polícia e a justiça conhecem essa situação, mas não conseguem pegar os criminosos. Os aliciadores são avisados antes das batidas policiais. Ninguém foi preso, porque faltam provas, faltam testemunhas, as pessoas têm medo de denunciar<sup>23</sup> (Coordenadora do Programa Sentinela).

Além das casas frequentadas por segmentos das

classes média e alta da cidade, o Conselho Tutelar, por meio de denúncias, constatou uma outra forma de prostíbulo que, ao mesmo tempo, é ponto de venda de drogas e local de exploração sexual infanto-juvenil. Nesta casa, as crianças do sexo feminino e as adolescentes moram e trabalham em troca dos entorpecentes e, na maioria das vezes, não recebem dinheiro. Neste caso, elas vivem em condições de escravidão por dívida, pois dependem dos traficantes para sobreviverem e adquirirem as drogas. Administrado pelo tráfico, esta forma de prostíbulo aparece no relato de uma das conselheiras tutelares:

Existem adolescentes que se prostituem por drogas [...]. Isso está acontecendo no *Bruno Bacelar*,<sup>24</sup> o foco é maior neste bairro. Tem o aliciador que monta sua casa, tudo bonitinho, e coloca as meninas lá, elas ficam em cárcere privado. Também a casa serve como ponto de venda de drogas. Então, o local serve para prostituição e também para venda de drogas. As pessoas que frequentam a casa, os moradores do bairro e das adjacências, são usuários de drogas. As meninas não ganham dinheiro, elas recebem as drogas para o seu próprio uso. Por isso, elas ficam lá sendo exploradas sexualmente pelos traficantes aliciadores. Temos essa denúncia e já encaminhamos para os órgãos responsáveis apurarem, mas até agora nada aconteceu, ninguém foi preso. As coisas não andam, e tudo continua igual, ou melhor dizendo, a situação piora a cada dia.<sup>25</sup>

Existe no município uma divisão territorial da prostituição, demarcada pelos locais e pelas classes sociais. No tocante às casas de prostituição, apresentam-se sob duas formas. A primeira são as casas frequentadas pelos clientes, oriundos das classes média e alta, cujas preferências são as vítimas entre 9 e 13 anos, de cor clara (“as meninas são novas e não são feias, todas são bonitas. Meninas que na maioria das vezes são de cor clara, são poucas da pele escura”).<sup>26</sup> Os clientes pagam ingresso para entrar nos estabelecimentos e participam de leilões para adquirir a virgindade das crianças e das adolescentes. As casas são localizadas no centro da cidade, nos bairros próximos ao centro e nos distritos rurais. Tais locais mudam cons-

<sup>23</sup> Adiante, retomaremos a questão da impunidade.

<sup>24</sup> Bruno Bacelar é um bairro periférico de Vitória da Conquista.

<sup>25</sup> Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2004, na sede do Conselho Tutelar do município de Vitória da Conquista.

<sup>26</sup> Trecho da entrevista da conselheira do Conselho Tutelar, realizada em fevereiro de 2004.

tantemente em decorrência das denúncias e batidas policiais.<sup>27</sup> A outra forma são as casas que servem como ponto de venda de drogas e de prostituição, localizadas nos bairros periféricos, como Bruno Bacelar, Pedrinhas, Henriqueta Prates, Patagônia, entre outros. Os clientes destes locais são usuários de drogas, pessoas que moram nos bairros populares.

Há um outro tipo de prostituição no município de Vitória da Conquista, denominado aqui de *fluxo migratório da prostituição*, que consiste no transporte de crianças e adolescentes, tanto do sexo feminino como masculino, de cidade em cidade, com o objetivo de explorá-los sexualmente. De acordo com o Conselho Tutelar, e os agentes do *Programa Sentinela* e relatos dos adolescentes, as viagens são intermunicipais e interestaduais, e os jovens são conduzidos por taxistas, quando as cidades são próximas à Vitória da Conquista, como Planalto, Itapetinga, Jequié, Ilhéus, Itabuna, etc. Já quando se dirigem as localidades mais distantes, como Salvador, Recife, Natal, João Pessoa, Aracaju, Rio de Janeiro, São Paulo, etc., são utilizados ônibus e caminhões.

Para entender o *fluxo migratório da prostituição*, cabe aqui o relato de uma adolescente que fala sobre as suas viagens e das suas colegas por algumas cidades do Nordeste:

[...] Saí daqui [Vitória da Conquista] para Ilhéus; aí, saí de Ilhéus fui para Salvador. Depois ganhei estrada, estive em João Pessoa, Natal, Aracaju, depois voltamos de novo a Salvador. [...] éramos três meninas. [...] nessas cidades parávamos e ficávamos nos pontos, buscando alguém para sair, você entende? Para arrumar dinheiro. Parávamos num ponto e perguntava às pessoas: “onde é que tem um ponto bom de se trabalhar”, aí, o povo mostrava, aí, ficávamos lá, conseguíamos dinheiro e carona. [...] Ah, tinha uns caminhoneiros que a gente conhecia. Aí, começamos a sair com eles, entendeu? A gente entra no caminhão, puxa conversa com eles, entendeu? Faz amizade. Aí então eles falam: “quer ficar viajando?” Aí, pegávamos e íamos

pelas estradas. [...] a gente não tem pra onde ir mesmo, por isso, a gente ficava viajando com eles, ganhando dinheiro e gastando. [...] passei uns três meses viajando. (Adolescente, 14 anos).

Estas revelações demonstram que os percursos da exploração sexual, extrapolam os limites da cidade e ganham dimensões regionais e, até mesmo, nacionais. Os aliciadores, muitas vezes, auxiliados pelos caminhoneiros, transportam crianças e adolescentes para os diversos pontos de prostituição do país. As adolescentes, na maioria das vezes, são levadas do interior para as capitais, com a promessa de uma vida melhor, mas acabam sendo forçadas a trabalharem em casas de prostituição, saunas ou na própria rua. Geralmente, os destinos das viagens são desconhecidos pelas adolescentes, locais em que não têm nenhuma referência de amigos ou parentes, tornando-se mais suscetíveis à obediência aos aliciadores e mais difícil seu retorno à cidade de origem.

Um outro tipo de exploração sexual encontrado em Vitória da Conquista é assinalado pela conselheira:

Temos casos de meninos que são aliciados por um homem, que faz o primeiro contato nas escolas, depois passa a oferecer drogas aos meninos e dar presentes. Essas são as suas primeiras providências [para o aliciamento]. Após o primeiro contato, ele começa a “vender” esses meninos, marcando encontros com as pessoas de dinheiro, pois na classe pobre não existe isso, nessa prostituição tem que ter dinheiro para gastar. O aliciador leva os adolescentes para os locais determinados e lá eles encontram os clientes. Então, os adolescentes são comercializados para praticar atos sexuais com essas pessoas. Esse aliciador já foi denunciado pelo Conselho à Justiça. A Promotoria [da Infância e Juventude] conhece o caso. Em decorrência disso estamos recebendo ameaças de morte desse homem, mas temos que continuar o nosso trabalho.<sup>28</sup>

Esse tipo de exploração é chamado de *rede de prostituição sofisticada*. O aliciador possui um catá-

<sup>27</sup> O Conselho Tutelar encaminhou ofícios ao Juiz da Vara da Infância e Juventude e à Promotoria, informando o endereço de dezoito casas de prostituição no município. Foram cinco ofícios encontrados no arquivo do referido Conselho. Seguem os números dos ofícios com as respectivas datas: Ofício n. 1057 de 23/10/2003, Ofício n. 1072 de 07/11/2003, Ofício n. 1081 de 27/11/2003, Ofício n. 083 de 16/02/2004 e Ofício n. 1115 de 02/09/2004. Ressalta-se que é difícil afirmar se os dezoito endereços apontados pelo Conselho configuram-se em estabelecimentos distintos, porque eles constantemente mudam. Portanto, podem ser os mesmos em endereços diferentes.

<sup>28</sup> Como já se destacou, o preconceito em relação à homossexualidade constitui um empecilho para as denúncias e identificação da exploração sexual dos adolescentes do sexo masculino. Mesmo assim, o Conselho Tutelar tem notificado alguns casos. No transcurso desta pesquisa, não conseguimos entrevistar nenhum adolescente, vítima de exploração sexual. Todos os que foram contactados não quiseram ser entrevistados e nem conversar com o pesquisador.

logo com as características dos adolescentes, tanto do sexo feminino como masculino. Dessa forma, o cliente, através do celular, comunica sua preferência, e o aliciador, por sua vez, encaminha o(a) adolescente escolhido(a) ao destino indicado. Geralmente, neste tipo de prostituição, os taxistas são peças fundamentais no transporte dos adolescentes. Os locais podem ser em qualquer ponto da cidade, ou até mesmo nos municípios circunvizinhos.

Pelas observações e entrevistas realizadas, podemos identificar quatro tipos de prostituição infanto-juvenil na cidade de Vitória da Conquista:

A exploração na Rio-Bahia (BR 116) e no Posto Canaã, que margeia a referida BR. Geralmente, são crianças e adolescentes do sexo feminino que trabalham nestes locais e são aliciadas pelos (as) “donos (as) do pedaço”;

A exploração realizada nos prostíbulos, nas casas administradas pelos aliciadores, onde as adolescentes moram e, muitas vezes, vivem em situação de cárcere privado, como “escravas de dívidas”;

O *fluxo migratório*, em que adolescentes, tanto do sexo feminino como masculino, viajam de cidade em cidade, percorrendo vários Estados e estão atrelados ao aliciador, portanto devem lhe dar dinheiro.

A *rede de prostituição sofisticada*, em que os aliciadores possuem um catálogo com as características dos adolescentes, sejam do sexo feminino ou masculino. O suposto cliente telefona, comunicando sua preferência e o (a) adolescente é transportado (a) até o local marcado.

Não há uma fronteira rígida que separe os quatro tipos de prostituição encontrados em Vitória da Conquista. Os sujeitos (crianças, adolescentes, aliciadores e clientes) dessa realidade violenta podem estar em todos, pois os quatro se mesclam e aparentemente se confundem. Há casos de crianças ou adolescentes que são explorados sexualmente em todos esses tipos de prostituição.

Como se destacou, tais tipos possuem caracte-

rísticas distintas e bem definidas, no entanto, o ponto comum existente é a vitimização de crianças e adolescentes. Por outro lado, os diferentes tipos de exploração comercial do sexo representam uma das alternativas de sobrevivência diante do universo da violência doméstica ou da ausência de emprego, em uma realidade em que há um processo de “encolhimento dos empregos e precarização do trabalho” (TELLES 2006: 92). As transformações ocorridas na produção e no consumo e a “financerização dos mercados”, comandados pela ideologia neoliberal, lançaram milhares de pessoas em uma situação de “desemprego intermitente e prolongado, o emprego incerto e descontínuo” (*Idem*: 96).

Neste “contexto de indeterminações”, de acordo com a pesquisa, *A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos*, realizada pelo DIEESE, em 2005, nas cinco regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e o Distrito Federal:

As profundas transformações que a economia brasileira vem passando dificultam a inserção ocupacional da força de trabalho, sobretudo da população jovem, entre 16 e 24 anos. No contexto de um levado excedente de mão-de-obra, os jovens constituem um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho e para quem o problema do desemprego é mais latente. Nesse sentido, mesmo quando o jovem consegue uma ocupação, verifica-se que esta apresenta características diferenciadas, normalmente é menos regular e mais precárias<sup>29</sup> (Estudo e Pesquisa, 2006:21).

Portanto, nos termos de Telles, “o promissor e expansivo mercado que são o tráfico de drogas e as redes do crime organizado [entre elas, situam-se as redes de exploração sexual infanto-juvenil], aliás, também globalizados e conectados nos circuitos do capital financeiro” (Telles, op.cit.: 95), recruta jovens, que, muitas vezes, encontram nessas atividades ilícitas uma das formas de sobrevivência.

Nessa direção, Feffermann (2006: 57) sublinha,

<sup>29</sup> A referida pesquisa, com base nos dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – e do Ministério do Trabalho e Emprego/FAT e governos locais das regiões pesquisadas, constatou que, nessas localidades, a população de jovens, entre 16 a 24 anos, “somava 6,5 milhões de pessoas, correspondendo a 23,8% da população com mais de 16 anos, e representando 25% da população economicamente ativa. Entre os ocupados com mais de 16 anos (15,2 milhões), os jovens representavam uma proporção de 20,7%, totalizando 3,2 milhões de pessoas. No entanto, quando se consideraram os desempregados, a proporção foi maior: entre os 3,2 milhões de desempregados acima de 16 anos nas regiões metropolitanas analisadas, 1,5 milhões de pessoas estavam na faixa entre 16 e 24 anos, o que significa 45,5% do total de desempregados acima de 16 anos”. Esta pesquisa está disponível na íntegra no *site*: [www.dieese.org.br/esp/estpesq24-jovensocupados.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/estpesq24-jovensocupados.pdf) - Acessado em 27 de dezembro de 2006.

com base no “estudo sobre o perfil da violência no Brasil, realizado pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, em 2003”, que “o tráfico de drogas emprega mais de 20 mil entregadores, os chamados ‘aviõezinhos’, a maioria entre 10 e 16 anos, que recebem salários de 300 a 500 dólares, muito mais do que poderiam obter num emprego formal. Outros esperam por uma oportunidade para entrar nesse ‘negócio’ altamente lucrativo”.

Neste ponto da reflexão, somos levados a supor que as adolescentes por nós entrevistadas parecem vivenciar uma realidade, alicerçada pela escassez de emprego ou falta de perspectivas futuras, onde os direitos são violados constantemente, ensejando um paradoxo, pois tal violação ocorre em plena vigência do ECA e da própria Constituição Federal de 1988. Portanto, as vidas atingidas pela várias formas e manifestações de violência são compelidas a uma banalização, como se a exploração sexual fosse inerente a essa realidade e ganhasse feições de um permanente estado de impunidade. A exemplo disto, até o momento das entrevistas, nenhuma pessoa tinha sido presa e condenada pela justiça por explorar sexualmente as crianças e os adolescentes em Vitória da Conquista. A Promotoria da Infância e Juventude e o Juizado da Vara da Infância e Juventude não têm prova material para indiciar e, após o julgamento, condenar nenhum aliciador. Uma das entrevistadas revela que

[...] a rede de prostituição está mais organizada do que a gente. Digo isso porque, às vezes, quando o juiz tem conhecimento a respeito das casas de prostituição, ele se desloca ao local para verificar a denúncia e, chegando no endereço indicado, não encontra nada. E temos certeza de que existem meninas lá, vítimas de exploração sexual. Os aliciadores são avisados com antecedência sobre as batidas. Então, por isso, falei para você que a rede de prostituição está mais organizada. Estamos fazendo ações isoladas, sem ter uma unificação das ações. Percebo que a gente precisa se organizar para o enfrentamento contra esta situação. Não adianta cada um fazer a sua ação isolada (Coordenação do Programa Sentinela).

Dos relatos registrados, pode-se inferir que a rede de prostituição em Vitória da Conquista conta com informantes tanto no Juizado da Vara da Infância e da

Juventude quanto na polícia. Com isso, os aliciadores podem retirar as crianças e os adolescentes dos seus estabelecimentos, evitando o flagrante e, conseqüentemente, qualquer prova do delito da exploração sexual infanto-juvenil. Nesta direção, a entrevistada é enfática ao afirmar que a referida rede é organizada e a sua ramificação se estende aos órgãos públicos, principalmente àqueles destinados a investigar e condenar tal violência.

Além da falta de provas, a impunidade e a corrupção se fazem presentes no combate à prostituição. De acordo com o depoimento de uma conselheira tutelar, esta situação é corriqueira. Ela narra uma das suas experiências:

[...] nós temos um caso, não posso citar o nome da pessoa e nem da adolescente. Foi no meu plantão, fui chamada para verificar uma adolescente que estava sendo prostituída por um homem. A polícia foi chamada, seguiu e pegou no “flagra” a adolescente no carro do suposto cliente. Levou ambos para o Distrito Policial. Ao chegar lá, verificou que era uma pessoa que tem uma boa condição financeira, uma pessoa que trabalha no comércio de Conquista, tem bons advogados, sem contar que tem pessoas influentes do lado dele. E aí, o que acontece? Essa pessoa não passou nem a noite na delegacia, foi solta imediatamente. O que foi alegado é que ele estava dando “carona à adolescente”. O delegado disse que não houve prova, para haver prova a polícia teria que pegá-lo dentro do motel com a menina. Não se fez nenhuma investigação para entender por que aquela adolescente estava no carro de uma pessoa desconhecida.<sup>30</sup>

Portanto, o posicionamento social e a condição econômica das pessoas envolvidas na exploração sexual servem para silenciar a violência da exploração sexual infanto-juvenil. Os traços culturais, historicamente constituídos, transformam os espaços públicos, neste caso, o Juizado da Vara da Infância e Juventude, a Promotoria da Infância e Juventude e o Órgão encarregado da Segurança Pública, em instrumentos das decisões arbitrárias de caráter pessoal, desvinculadas das normas estatuídas. Os locais que deveriam ser espaços legítimos e legais para punir os agressores são pautados pelos interesses privados das classes dominantes e de seus protegidos.

<sup>30</sup> Entrevista concedida em 16 de dezembro de 2004.

O que acontece em Vitória da Conquista não é uma exceção, mas sim, regra que vigora no país.<sup>31</sup> A população não confia na justiça nem nos órgãos de segurança pública, considerando-os morosos e ineficientes para solucionar seus problemas. Cria-se, então, no imaginário social a percepção de que estes locais não pertencem às pessoas das classes subalternas. Por isso, elas não denunciam a exploração sexual sofrida pelas suas crianças e/ou seus adolescentes, aumentando ainda mais a impunidade. Isto se refere ao que Feffermann afirma, quando reflete sobre os agentes responsáveis pela Segurança Pública:

A atuação da polícia com relação às classes populares tem como efeito um processo de temor, que impede e reprime qualquer expressão pessoal ou coletiva, isolando os cidadãos e abandonando-os perante o aparato institucional. Enquanto o pobre é estigmatizado como perigoso, as práticas criminosas das elites continuam impunes (FEFFERMANN, 2006: 149).

Na outra ponta da exploração, localiza-se a população de baixo poder aquisitivo que não compreende a prostituição como aviltamento das crianças e adolescentes, o que acarreta a visão banal e naturalizada da violência. Já as pessoas envolvidas na exploração, reproduzem e reelaboram a violência na sua estratégia de sobrevivência.

Enfim, os quatro diferentes tipos de exploração sexual, apresentados aqui, podem ser encarados como práticas perversas que reproduzem relações de mandonismo, ausência de direitos e de dignidade, forjando uma violência em que os adultos alocam relações hierárquicas de dominação, em uma realidade alicerçada pela desigualdade econômica, que delinea as várias formas de violência contra crianças e adolescentes.

Essa questão faz pensar nas formulações de Giorgio Agamben sobre estado de exceção, em que a figura do *homo sacer* se relaciona às pessoas que podem ter suas vidas aniquiladas pela vontade do soberano e aglutinadas em grupo sem direitos: “[...] aquele

que é banido, [e não apenas posto fora da lei ou indiferente a ela], mas abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que a vida e o direito, externo e interno, se confundem” (Agamben, 2002:36). Isto acontece, porque o estado de exceção não se diferencia do estado de direito, tornando os cidadãos submetidos ao poder do soberano e, nessa condição, tem-se uma “vida exposta que pode ser morta, sem que se cometa um homicídio” (*Idem*: 171).

No esteio desta interpretação, os relatos das adolescentes, descritos e analisados, nos possibilitam assinalar que as vítimas desta violência possuem vivências próximas à “vida nua”, as quais podem ser descartáveis, aniquiladas, despojadas dos direitos, pois perderam sua visibilidade na dimensão pública. Não são “ouvidos e nem vistos”, como se não existissem, compelidos ao terreno da indiferença, pois as vidas desses sujeitos metamorfoseiam-se, utilizando a expressão empregada pela adolescente entrevistada, “em morte”, cujo sofrimento não causa comoção da sociedade em geral e nem medidas estatais eficientes que promovam a transformação de tal realidade, é como se a exploração sexual comercial que ocorre na cidade de Vitória da Conquista fosse invisível. Portanto, na trilha de Agamben, sublinha-se que a sistêmica violência experimentada por essa população parece não se configurar como crime, é algo semelhante à “vida matável e insacrificável” do *homo sacer*.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995.

<sup>31</sup> Insere-se nesse caso o município paulista Porto Ferreira, onde, segundo a imprensa, vários vereadores aparecem envolvidos em abuso e exploração de adolescentes daquela localidade. Cf: *Folha de S. Paulo*, 18/12/2003. Numa outra matéria, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou os resultados parciais da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional da Exploração Sexual Infanto-juvenil: “A CPMI investigou 186 casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em 21 Estados. A informação é da relatora da CPMI, deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). Entre os acusados pelos deputados federais e senadores, estão 33 autoridades, entre prefeitos, vereadores, deputados estaduais e até um juiz da Vara da Infância e da Juventude.” Cf: *Folha de S. Paulo*, 18/5/2004.

“DOSSIÊ FEBEM” In: *Agência Carta Maior*. Especial FEBEM, 27/04/2006. Disponível no site: [http://agenciartamaior.uol.com.br/esp\\_febem.asp](http://agenciartamaior.uol.com.br/esp_febem.asp). Acesso em 18 de novembro de 2004.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do Tráfico**: um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. *Lei n. 8.069 de 13 de Julho de 1990*. Divulgada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Salvador com Apoio do UNICEF. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1995.

FALEIROS, Eva T. Silveira e CAMPOS, Josete de Oliveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília, 2000. <http://www.cecria.org.br/pub/pub.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2004.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a Política na Periferia**: Histórias de Movimentos Sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas**: o cotidiano dos Jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. “Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos”. In: **Cadernos ABONG**, 8 de junho de 1995.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (orgs). **Nas Tramas da Cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a.

TELLES, Vera da Silva. “Itinerários da Pobreza e da Violência” In: **Revista Sexta-feira n. 8**. São Paulo: Editora 34, 2006b.

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.